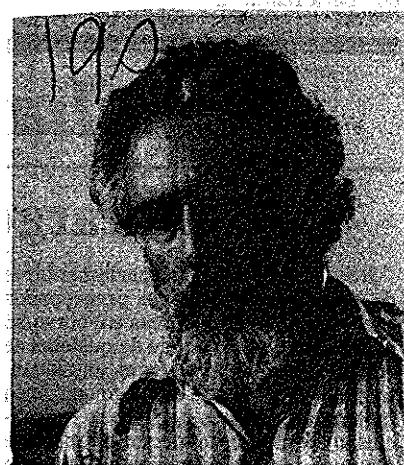


POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal do BrasilCLÁSS. : 119DATA : 6.2.85

PG. :



Pedro Agostinho denunciou Lobby

Antropólogo teme futuro dos índios

"Será da inteira responsabilidade de quem assinar o decreto liberando as áreas indígenas para a exploração de riquezas minerais, tudo o que vier a acontecer aos índios". A afirmação é do antropólogo Pedro Agostinho, secretário-geral da Associação Brasileira de Antropologia, ao denunciar ontem, o temor de que os lobbies da mineração venham a conseguir a aprovação de decreto nesse sentido, já assinado porém sustado pelo presidente Figueiredo por entender que o tema é extremamente polêmico".

Segundo o antropólogo, "para que esse decreto entrasse em vigor seria preciso regulamentar as disposições anteriores. Para que isso acontecesse o Ministério do Interior tentou impor à Funai uma portaria regulamentando o decreto 88.985/83, de 10 de novembro de 83. Coagido por esse intuito, ainda segundo Pedro Agostinho (o já demitido Joaquim Ferreira da Fonseca) convocou uma reunião, em agosto de 84, da qual participaram entidades como a União das Nações Indígenas, Associação Brasileira de Antropologia ANAI-BA, ANAI-RS, Comissão Pro-Índio, de São Paulo, Conselho Indigenista Missionário e a Comissão pela Criação do Parque Yanomami, em Roraima. As entidades requereram então um prazo de 12 dias e em 10 de setembro de 84, apresentaram um parecer por escrito contra a portaria regulamentadora e contra o próprio decreto presidencial.

Nas primeiras 10 páginas do parecer é demonstrado a constitucionalidade e a ilegalidade geral do decreto. Em seguida é apresentado o parecer antropológico, onde é demonstrado o atentado que se verificaria a segurança física, territorial e psicológica dos grupos indígenas, caso o decreto viesse a vigorar, com o extermínio ou a desorganização total dos povos indígenas gerados pelo contato com os agentes mineradores. De acordo com Pedro Agostinho, "a liberação para mineração ameaçaria sobretudo a área dos índios Yanomami, na serra dos Surucucus, onde existem 4 mil índios sem qualquer contato com a civilização.

O parecer político do documento examina toda a situação do ponto de vista nacional e internacional, considerando não ser de interesse nacional explorar essas riquezas (em que estão circunscritos todos os minérios inclusive ouro, cassiterita e bauxita, justamente agora quando apresentam fraca cotação nos mercados internacionais, servindo apenas para estoque nos países interessados na exploração de caráter nitidamente colonial. As entidades indigenistas postulam que as riquezas minerais só venham a ser exploradas numa data futura (uma ou duas décadas), quando os grupos indígenas estariam melhor preparados, e quando fosse de interesse nacional em termos de preços no mercado internacional.